

**A. I. Nº** - 269355.0311/02-4  
**AUTUADO** - BERBERT ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA.  
**AUTUANTE** - CARLOS AUGUSTO COSTA SILVA  
**ORIGEM** - INFAZ EUNÁPOLIS  
**INTERNET** - 12.12.02

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF Nº 0411-02/02**

**EMENTA: ICMS. 1.** SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. Fato não contestado. **2.** CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. DOCUMENTOS INIDÔNEOS. EMITENTES EM SITUAÇÃO CADASTRAL IRREGULAR. Infração não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 28/03/02, exige o ICMS de R\$ 16.781,03, em decorrência dos seguintes fatos:

1. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares no total de R\$ 920,00, nos meses de janeiro e fevereiro de 2002, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), em descumprimento ao inciso II do parágrafo único do artigo 387-A do RICMS/97.
2. Utilização indevida de créditos fiscais no montante de R\$15.861,03, nos meses de janeiro, março e julho de 1998, através de notas fiscais inidôneas emitidas por firmas com inscrição cadastral cancelada.

O autuado em seu recurso defensivo constante às fls.33 a 36 reconhece o débito relativo ao item 01. Quanto ao item 02, contesta a autuação sob alegação de que as notas fiscais que serviram de base à autuação já foram objeto de autuação através do Auto de Infração nº 269355.0002/98-6, tornando o referido item em duplicidade de exigência fiscal.

O autuante em sua informação fiscal à fl. 70, rebate a alegação defensiva esclarecendo que a autuação relativa ao item 02 trata-se de renovação do procedimento fiscal em virtude da mesma ter sido considerada nula através do Acórdão JJF nº 0075/99.

## **VOTO**

Na análise das peças processuais constata-se que o autuado reconheceu que descumpriu o inciso I, alínea “c”, do artigo 124 do RICMS/97, em razão da falta de recolhimento do ICMS no valor de R\$920,00, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2002, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA).

Relativamente ao item 02, considero completamente descabido o pleito do autuado no sentido de que o débito já havia sido objeto de autuação anterior, visto que a exigência fiscal trata-se de

renovação de procedimento fiscal considerado nulo através de julgamento da 6ª Junta de Julgamento Fiscal conforme Acórdão JJF nº 0075/99.

Quanto ao fulcro da autuação, a exigência fiscal refere-se a utilização indevida de créditos fiscais no montante de R\$15.861,03, através das Notas Fiscais nºs 453, 455, 456, 459, 463, 129 123 e 125, conforme demonstrativo à fl. 07, consideradas inidôneas por terem sido emitidas respectivamente pelas firmas Nortetul Distribuidora de Embalagens Ltda. (IE nº 434.474-59); ESF – Comercial de Descartáveis Ltda. (IE nº 44.419.891); e APEX Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (IE nº 21.721.142) com inscrições cadastrais canceladas, conforme comprovam o extrato de consulta formulado no SIDAT às fls. 08, 14 e 17.

De acordo com o artigo 97, inciso VII, combinado com o artigo 209, inciso VII, alínea “b”, do RICMS/97, é vedado o creditamento do imposto destacado em documentos fiscais considerados inidôneos, quando a inscrição cadastral dos emitentes se encontrarem canceladas. Desse modo, considero que está caracterizado o cometimento da infração, cujo autuado não trouxe qualquer prova em sentido contrário, notadamente que o imposto destacado nos documentos fiscais foi efetivamente recolhido ou lançado na escrita fiscal dos emitentes.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **269355.0311/02-4**, lavrado contra **BERBERT ATACADO DISTRIBUIDOR LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 16.781,03**, sendo R\$ 15.861,03, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “j”, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, e mais R\$ 920,00, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, da Lei n.º 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala de Sessões do CONSEF, 07 de novembro de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BACELAR – RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR